

PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CÔA: UMA PAISAGEM CULTURAL PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE. MODELO DE GESTÃO INTEGRAL

JOSÉ PAULO ALMEIDA FRANCISCO

Arqueólogo

arqconsulting@gmail.com

Resumo: Assumimos o risco de propor desde uma linha de investigação inovadora, englobada na designada arqueologia pública, a gestão turística do património arqueológico, nomeadamente do território do parque arqueológico do vale do Côa, ou seja, o desenvolvimento de um sistema turístico integrado no espaço rural património mundial classificado pela UNESCO como possibilidade de criar futuro num território de excelência paisagística. Linha de investigação iniciada na década de noventa do século XX, assente num conceito de "sociabilização do património arqueológico", para a qual os parques arqueológicos são importantes espaços sociais em que os elementos da cultural material arqueológica formam apenas parte dessa paisagem. Propomos uma arqueologia patrimonial que pretende converter a arqueologia numa ciência aplicada, como tecnologia para a produção e gestão do património arqueológico. Para reivindicar que os parques arqueológicos se devem converter em espaços de educação e ócio mais para além das suas funções de conservação, investigação, gestão e divulgação, e contribuir para o desenvolvimento socio-económico das comunidades locais.

Palavras-chave: Arte Rupestre Paleolítica; Parque Arqueológico do Vale do Côa; Arqueologia da Paisagem; Gestão do Património Arqueológico; Arqueologia Pública.

1. Introdução

O património cultural não é para nós um passivo mas sim activo económico da sociedade contemporânea.

É necessário uma mudança de mentalidade, há que começar a trabalhar com esta convicção, temos esta crença que queremos demonstrar e não apenas predicar neste sentido.

Nós arqueólogos, devemos sair das tentações autistas e articular os projectos de investigação arqueológica, não em função de interesses particulares mas

no sentido da necessidade de criação de uma arqueologia aplicada.

Realizando uma abordagem do património cultural também como uma questão política, na medida em que a construção da memória colectiva obedece a regras de negociação complexas.

Por vezes, o público é considerado como intruso aos trabalhos arqueológicos e não o objectivo da sua investigação, preservação e gestão.

Creemos que uma estratégia de valorização do património arqueológico deve integrar as funções de significante e recurso pois ambas são funções sociais.

A cadeia investigação, valorização e divulgação deve presidir a estratégia das actuações.

Desde a perspectiva da arqueologia da paisagem, pretendemos dotar o património arqueológico do vale do Côa, de uma maior dimensão espacial e territorial.

A projecção social, do trabalho de investigação arqueológica, que se realiza dentro de instituições públicas deve ser considerada como um objectivo prioritário.

Definimos a paisagem cultural como resultado de um processo histórico complexo, que materializa a acção dos grupos humanos num espaço durante um período de tempo; preconizamos desta forma a união entre arqueologia e paisagem, no sentido de considerar as zonas arqueológicas como paisagens culturais.

Defendemos a gestão integrada do património arqueológico na área do vale do Côa, isto é, a coordenação entre todos os agentes institucionais de base territorial, tais como os municípios, a administração central, os mecenas, as associações culturais e instituições científicas, as empresas de serviços, os empreendedores interessados em desenvolver actividades dentro da área do parque arqueológico do vale do Côa, preconizando uma planificação estratégica, integradora de planos específicos.

Advogamos para esta área, que na actual delimitação definida engloba parte dos municípios do baixo Côa, nomeadamente os municípios de Vila Nova de Foz Côa, Meda, Figueira Castelo Rodrigo e Pinhel com cerca de 20.800 hectares, uma “economia verde ou ecológica”, que materialize o reconhecimento da dependência de desenvolvimento económico, com a gestão dos recursos naturais e patrimoniais.

Aquando da sua criação como serviço do Instituto Português de Arqueologia, sob tutela do Ministério da Cultura, o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) assumiu a missão de gerir, proteger, musealizar e organizar para visita pública os monumentos integrados na sua área especial de protecção.

Em 2 de Dezembro de 1998, a arte rupestre do Côa foi classificada como Património Mundial pelo comité da UNESCO, considerando-se a arte paleolítica do Vale do Côa como um exemplo extraordinário do rápido florescimento do génio criativo na alvorada do desenvolvimento cultural humano e ilustrador

excepcional da vida social, económica e espiritual dos primeiros antepassados da Humanidade.

Advogamos para esta área, que na actual delimitação definida engloba parte dos municípios do baixo Côa, nomeadamente os municípios de Vila Nova de Foz Côa, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel com cerca de 20800 hectares, uma “economia verde ou ecológica” que materialize, o reconhecimento da dependência do desenvolvimento económico, da gestão dos recursos naturais e patrimoniais e defendemos a necessidade de construção, de um vínculo forte, entre o património cultural e as populações da área do PAVC, com o compromisso de não construir a “disneylização da paisagem”.

Para isso, deve a nosso ver desenvolver-se uma política que integre a criação de uma rede, composta pelo futuro Museu de Arte e Arqueologia do Vale do Côa (MAAVC), museus municipais, conjuntos históricos e arqueológicos, centros de interpretação, espaços expositivos, postos de turismo e pontos de informação cultural, ou seja o reforço da gestão cultural no modelo de gestão territorial, através da construção da ideia de “território cultural”.

Aliada à política de desenvolvimento do turismo cultural, deve ter-se presente a importância da comunicação e interpretação do património cultural, enquanto paisagem construída através da qual o visitante possa entender a sua dinâmica social.

Defendemos, de igual modo, o desenvolvimento das relações de cooperação com a Junta de Castilla y León, tendo em vista a promoção conjunta da arte paleolítica do vale do Côa/Siega Verde, assim como o desenvolvimento de relações de cooperação com as universidades de Castilla y León no âmbito de projectos de investigação arqueológica na área do PAVC, no domínio de temas de interesse transfronteiriço.

Em resumo, o objectivo da futura implementação do Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa deve visar o incremento da qualidade de vida e o bem-estar social das populações, assim como o uso sustentável dos recursos naturais e culturais, fomentando o desenvolvimento local e regional, aproveitando a capacidade e valores próprios da região, na qual a gestão integrada do património cultural deverá ser implementada de forma articulada com as actividades económicas tradicionais, numa região

em que 41% da população vive da agricultura do tipo tradicional que assenta na trilogia oliveira, amendoeira e vinha.

Um parque arqueológico criado pela administração central deve ter na sua articulação com as autarquias uma função primordial de ordenamento das paisagens, e melhoria de vida das populações através de um trabalho conjunto de arqueólogos, arquitectos, paisagistas, geólogos, biólogos, técnicos agroflorestais, economistas, entre outros profissionais, assente no conceito de “modernização ecológica”, teoria que defende o enquadramento legal da potencial integração entre a economia e o ambiente, sendo que o equilíbrio entre a preservação do património e o desenvolvimento económico é um dos grandes desafios para a arqueologia e gestão do património no século XXI, que pensamos ser o modelo de gestão ideal para a área de intervenção do PAVC.

Para que o património cultural se converta num recurso, englobado num projecto integrado de desenvolvimento local e regional, é necessário definir uma estratégia para a sua valorização que construímos através do modelo de gestão integral do Parque Arqueológico do Vale do Côa, instrumento que pode servir de base para a elaboração de um futuro plano de gestão complementar ao POPA (Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico) engloba as acções, os projectos estratégicos sobre a execução da intervenção a curto e médio prazo, como uma vigência entre os quatro e oito anos.

Entendemos a arqueologia como uma tecnociência para a gestão integral do património arqueológico e, como tal, defendemos para o PAVC um programa de investigação e gestão integral, assente na filosofia de que a arqueologia se deve integrar no planeamento e gestão do território, e que os “bens culturais” são um recurso de desenvolvimento local e regionais associados à integração da gestão cultural nos programas de ordenamento do território.

Por outro lado, pensamos que a arqueologia da paisagem, ou seja, o desenvolvimento de um programa de investigação em arqueologia da paisagem do vale do Côa, pode constituir um mecanismo para perceber e interpretar os vestígios arqueológicos no seu contexto espacial e um meio de compreensão e apresentação da paisagem e da sua dinâmica de evolução, permitindo construir uma narrativa das activi-

dades humanas pretéritas, ou seja, o território não é o painel aonde se pintaram as realizações humanas, mas sim a obra de arte na sua integralidade, pois o património, nomeadamente o arqueológico, é simultaneamente histórico e ambiental.

Desta forma, propomos uma metodologia de estudo para o vale do Côa que integra a investigação arqueológica, a proposta de soluções ao problema concreto da protecção, conservação e divulgação, definindo os aspectos históricos, patrimoniais e de gestão do território definido como paisagem cultural, dentro de uma linha de trabalho e investigação que continua a ser incipiente na arqueologia portuguesa, principalmente dentro dos meios universitários, a da gestão do Património Arqueológico, que para nós é tão essencial como objecto de investigação e inovação, como qualquer outro da designada “arqueologia de investigação”

2. A descoberta da arte paleolítica do Vale do Côa

A primeira rocha com gravuras paleolíticas do Vale do Côa, designada como “rocha 1 da Canada do Inferno” foi descoberta em Novembro de 1994 no âmbito do estudo arqueológico a decorrer através do protocolo estabelecido entre o ex-Instituto Português do Património Architectónico e Arqueológico (IPPAR) e a empresa Electricidade de Portugal, S.A. (EDP), assinado no dia 22 de Março de 1993.

Este protocolo (que visava a minimização de impactes sobre o património arqueológico, devido à construção de uma grande barragem que previa, a construção de um paredão de 136 metros de altura e a criação de uma albufeira de 702 hectómetros cúbicos), designado por Plano Arqueológico do Côa (PAC), tinha por objectivo, o acompanhamento arqueológico das obras de construção da barragem e consistia, num projecto que não diferia muito, do elaborado em 1959 pela empresa Hidroeléctrica do Côa.

A realização do estudo foi atribuída, ao arqueólogo Nelson Rebanda, que já trabalhava na região desde 1991, enquanto arqueólogo do ex-IPPAR, tendo as obras da barragem sido iniciadas em Abril de 1992, com este estudo, ainda em curso.

No final do verão de 1993 (em Setembro e Outubro), aquando do abaixamento do nível das

águas da foz do Côa, para desenvolvimento dos trabalhos de construção de uma ensecadeira de montante e do túnel de desvio do Rio Côa, obras prévias à construção da infra-estrutura hidroeléctrica, foi descoberto no mesmo local, um número surpreendente de gravuras paleolíticas, ainda que esta descoberta apenas tenha tido divulgação pública em Novembro de 1994, através de um artigo de jornal, publicado no dia 21 desse mês, na sequência de uma visita ao vale de um grupo de arqueólogos, a convite de Nelson Rebanda.

O IPPAR constituiu então, uma Comissão Internacional de Acompanhamento dos Trabalhos Arqueológicos do Côa, convidando a UNESCO a visitar o Vale do Côa. Após a primeira visita, dirigida por Jean Clottes em Dezembro de 1994 (Clottes, 1998) este admitiu estar perante a “maior estação paleolítica de ar livre da Europa, senão do mundo”, tendo no entanto o seu relatório, admitido a submersão das gravuras como medida de preservação. A esta visita seguiu-se outra, entre 29 de Janeiro e 4 de Fevereiro de 1995, desta vez sob a direcção de Mounir Bouchenaki e procedeu-se à nomeação de uma equipa, com o objectivo do seu inventário e estudo, coordenada por António Martinho Baptista e Mário Varela Gomes e constituída pelo desenhador Fernando Barbosa e pelos assistentes João Félix, Manuel Almeida e Cristina Gaspar, a qual iniciaria os trabalhos de Campo em Abril de 1995.

No início desse mesmo ano, o IPPAR, pediu a suspensão temporária das obras da barragem, mas a EDP, S.A. contestou este entendimento, o que conduziu a um importante movimento de opinião pública, sobre a polémica da preservação das gravuras.

Apesar da proximidade, do conjunto de arte rupestre paleolítica de ar livre de Siega Verde, junto a Ciudad Rodrigo (Salamanca), revelado pelo arqueólogo Manuel Santonja Gómez, a EDP, S.A., continuava a por em causa a cronologia paleolítica da arte rupestre identificada no Vale do Côa que nesta fase, era determinada pelo método de comparação estilística, uma vez que não tinham sido ainda desenvolvidos os trabalhos de contextualização arqueológica.

A partir da década de 80 do século XX, revelaram-se os primeiros sítios de arte paleolítica de ar livre: Mazouco, nas margens do Douro, seguido de Domingo Garcia na meseta Espanhola.

No ano de 1988, divulgaram-se as gravuras de Fornols-Haut nos Pirinéus Orientais, em França e posteriormente, Piedras Blancas no Sul da Península Ibérica e Siega Verde em Cidade Rodrigo, na província de Salamanca.

Na actualidade, conhecem-se na Europa 14 sítios com arte paleolítica de ar livre, situando-se 99% na Península Ibérica.

Tratando-se de gravuras, este tipo de arte não podia ser datado pelo método do Carbono 14, pelo que a EDP S.A. contratou um grupo de quatro especialistas, entre os quais Robert Bednarik e Alan Watchman que vinham, desenvolvendo métodos experimentais de datação directa em rochas, pelo que foram realizadas tentativas de datação da arte rupestre do Côa, por Robert Bednarick (análise da micro-erosão dos sulcos gravados) e Alan Whatchman (medição radiocarbónica das incrustações minerais ou das películas superficiais de alteração das rochas gravadas), sendo de salientar que dois dos elementos que integravam a equipa — Ronald Dorn e Fred Phillips —, reconheceram publicamente que estes métodos não podiam ser aplicados com objectivo de datar os motivos paleolíticos gravados, reconhecendo a hipótese da arte do Vale do Côa ser de cronologia paleolítica (Dorn, 1997, p. 13).

Estas datações, realizadas à revelia da comunidade científica portuguesa, obtiveram resultados surpreendentes e contraditórios entre si, entre os 7000 e os 100 anos, levando mesmo um destes especialistas a defender que as gravuras haviam sido realizadas há apenas 100 anos (Bednarick, 1995; Dorn, 1995; Watchman, 1995; Phillips *et al.*, 1997), resultados que foram imediatamente contrariados por alguns investigadores, nomeadamente por João Zilhão (Zilhão, 1995), o que levou um dos autores da datação directa a reconhecer o seu erro (Watchman, 1996).

Do lado dos defensores da arte rupestre estava a comunidade científica portuguesa, auxiliada por colegas estrangeiros, os partidos políticos da oposição e cerca de 55% da população portuguesa, motivada pela importante campanha promovida pelos órgãos de comunicação social, portugueses e estrangeiros.

Por outro lado, a população de Vila Nova de Foz Côa e a autarquia, defendiam a construção da barragem, com o falso argumento do desenvolvimento

económico inerente, sendo no entanto o verdadeiro motivo a compra dos terrenos a submergir e a renda a pagar pela EDP S.A., aos particulares e à autarquia.

No entanto, os principais defensores da arte rupestre localmente foram, por um lado, a comunidade escolar, promotora da original campanha “As gravuras não sabem nadar”, através da Associação para a Defesa das Gravuras Rupestres de Foz Côa, (definida na época por Jean Clottes como única a nível mundial), que culminou com a organização em Abril de 1995, de um mega-acampamento em Vila Nova de Foz Côa de jovens oriundos de todo o País e que constituiu o auge deste movimento juvenil, em favor da arte rupestre do Vale do Côa e por outro, um grupo de Foz-coenses, nomeadamente Adriano Ferreira e José Pilério que se notabilizaram pela localização de vários painéis, nomeadamente o importante núcleo da Quinta da Barca e os núcleos das margens do Douro, alguns dos quais com arte da Idade do Ferro.

Nas eleições de Outubro de 1995, o Partido Socialista obteve a vitória nas eleições e uma das primeiras decisões tomadas pelo novo governo, foi a da suspensão da barragem de Foz Côa.

Na Resolução nº 4/96, de 17 de Janeiro, o Conselho de Ministros, declararia que

“a descoberta dos vestígios arqueológicos, que não haviam sido identificados no decurso do estudo de impacte ambiental que precedera a construção da barragem, impunham uma solução inovadora compatível como a defesa do interesse nacional, nas suas dimensões cultural, económica, ambiental e científica”.

Em Agosto desse mesmo ano, foi aberto ao público o Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), com visitas guiadas aos núcleos da Canada do Inferno e Penascosa, tendo sido entretanto, elaborado um relatório científico encomendado pelo Governo, apresentado em Janeiro e publicado em Maio de 1997 que fundamenta o reconhecimento do valor excepcional das gravuras e a publicação do Decreto-Lei nº 32/97, de 2 de Julho, que classifica a arte rupestre do Vale do Côa como Património Nacional, tendo o Governo decidido submeter a respectiva candidatura, a património mundial da UNESCO que viria a ser aprovada, em Dezembro de 1998.

Na sua 22ª Sessão, realizada em Quioto, no Japão, em 2 de Dezembro de 1998, o Comité do Património Mundial da Unesco, reconheceu a importância e dimensão cultural das gravuras rupestres do Vale do Côa, integrando-as na lista de sítios classificados como património da humanidade (UNESCO, 1999).

Os critérios que levaram a esta decisão foram:

“A arte rupestre do paleolítico superior do Vale do Côa é uma ilustração excepcional do desenvolvimento repentino do génio criador, na alvorada do desenvolvimento cultural humano;

“A arte rupestre do Vale do Côa demonstra de forma excepcional, a vida social, económica e espiritual do primeiro antepassado da humanidade”.

No âmbito do processo de reestruturação da arqueologia nacional por parte da tutela — o Ministério da Cultura —, é criado a 14 de Maio de 1997 (Decreto-Lei nº 117/97), o Instituto Português de Arqueologia (IPA) e como serviços dependentes, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e o Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART), tendo sido em Abril de 2007 as atribuições do IPA integradas no Instituto Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR), o que levou à extinção do CNART, funcionando na actualidade o PAVC, como serviço dependente deste novo instituto público, integrando a competência para realizar o estudo da arte rupestre do Vale do Côa, anteriormente da responsabilidade do Centro Nacional de Arte Rupestre.

3. Arte paleolítica ao ar livre: a paisagem estruturada

Considerarmos a arte rupestre como algo material que permite uma inferência a um modo simbólico, supõe um domínio técnico sobre a matéria e é exclusivo das pessoas que no conjunto dos grupos humanos, designamos de artistas, através de uma prática colectiva e de um “saber-fazer”.

A arte rupestre paleolítica do Vale do Côa que responde, a uma clara estrutura paisagística e que pode ser interpretada como a primeira manifestação simbólica, de um sistema de aproveitamento do meio, segue um padrão de ocupação do espaço sistemáti-

co e coerente, pelo que a noção de formação social é essencial, já que é esta que produz a arte rupestre, reflectida na sua extensão territorial, permitindo explicar o surgimento da arte rupestre paleolítica de ar livre, num amplo território, ao mesmo tempo, que dá conta da sua diversidade.

A arte rupestre paleolítica de ar livre que pode ser interpretada como uma metáfora dos processos sociais subjacentes, produz uma complementaridade entre a noção de limite do espaço e a ideia do movimento, ou melhor, o limite não é algo estático, mas algo com o qual os grupos humanos interagem, ou seja é a própria expressão do movimento.

Este trabalho é concebido dentro de um marco teórico de arqueologia da paisagem, através da interligação entre a paisagem e arte rupestre paleolítica de ar livre, pelo que estes se apresentam como dois conceitos básicos, derivados da necessidade do seu estudo, como parte de uma paisagem cultural que tentamos reler, através da busca do seu sentido.

Definimos paisagem como produto social físico e perceptivo, criado num processo dialéctico de apropriação do meio, por parte dos grupos humanos que o habitaram, marcada por um conjunto de lugares, em que a paisagem introduz a escala regional e a arte rupestre paleolítica de ar livre, como um fenómeno de construção da paisagem, através de uma geografia de lugares e movimentos, susceptível de ser estudada segundo diversas variáveis, em diferentes escalas: características e aproveitamento tais como, suportes, incidência à luz, orientação dos painéis, localização geral e relativa dos painéis.

A nossa linha de orientação advém da antropologia estruturalista e passa por tentar demonstrar que até nas suas manifestações mais livres, o espírito humano está sujeito a constrações rigorosamente determinantes que conduzem, à existência de uma relação indissociável entre a estrutura do espaço e a identidade colectiva.

Partimos do pressuposto, que a arte rupestre paleolítica de ar livre, não é uma continuidade da monumentalidade natural, uma vez que a alteração de um lugar modifica a sua concepção, introduzindo uma dimensão espaço-tempo concreta (Cruz, 2004, p. 102).

A arte paleolítica ao ar livre, em santuários tão vastos como o Côa, aonde os painéis historiados pa-

recem demarcar e ordenar um amplo território, pode ser considerada como um dispositivo de construção de uma “paisagem modificada pela arte”, sobretudo através das figuras piquetadas de grande tamanho, que são visíveis a certa distância.

Para outros investigadores, como é o caso de Alcolea González e Rodrigo Balbín (2006), o fenómeno de “monumentalização” da paisagem, realizou-se com o mesmo esquema, seguido, nos espaços subterrâneos durante o Paleolítico Superior.

O ordenamento espacial das gravuras do Côa dentro de cada painel parece orientar-se mais de acordo com o conceito de acumulação estruturada, composição figurativa estruturada como defendia Leroi-Gourhan e tal como acontece nas grutas, onde se destaca a sua organização interna e a utilização da arquitectura natural, a arte paleolítica ao ar livre apresenta uma disposição na paisagem, do que resulta o imperativo da sua investigação em relação com o meio envolvente.

Segundo os investigadores do ex-CNART, do extinto Instituto Português de Arqueologia, no estado actual das investigações, distinguem-se duas grandes fases dentro das grafias paleolíticas do Vale do Côa:

- Uma primeira fase que utiliza a técnica da picotagem por vezes associada à abrasão, assim como alguns motivos filiformes de contorno simples com uma temática dominante representando equídeos, bóvidos e caprídeos que se insere no período Gravettense e Solutrense e que se encontra, em painéis localizados junto ao Rio Côa, predominantemente nas zonas das antigas praias fluviais, nomeadamente na Penascosa/Quinta da Barca;
- A segunda fase de gravação do “santuário paleolítico” da foz do Côa, deve ser atribuível ao Magdalenense, e é constituída por painéis que apresentam maioritariamente, gravuras filiformes de traço múltiplo e de contorno simples, estando representada a técnica de picotagem associada à abrasão e sendo o cervídeo o animal mais representado (Baptista, Santos e Correia, 2006, p. 158).

No entanto, o factor chave para a compreensão da “arte do Côa” consiste na sobreposição intencional de gravuras na mesma área de diversos painéis, muitas delas esculpindo novas figuras através de prévias li-

nhas gravadas, transformando muitas das vezes o motivo zoomórfico, o que parece indicar que quaisquer que sejam os factores infra-estruturais utilizados-recebidos, tanto na forma real como simbólica, ou metamorfoseados imaginariamente, uma vez constituído cada sistema, é percebido em conjunto, como coerente.

Isto acontece devido a constrangimentos próprios do espírito humano, cuja actividade transforma todo o elemento pensado em signo, oposto a outro e associado a uma montagem sistemática, restaurando igualmente a coerência ou autoconsciência, cada vez que se verifica uma transformação num dos elementos.

Neste sentido, podemos considerar que a arte rupestre paleolítica seria um signo portador de um significado concreto, para os grupos humanos a que se destinou a sua representação, representativa de uma tomada de posse do espaço e tempo.

3.1. *A paisagem arqueológica: desde a arqueologia cultural- simbólica*

A paisagem como objecto de estudo, possibilitou o desenvolvimento de um novo programa de investigação em arqueologia: a arqueologia da paisagem cultural-simbólica.

Esta prática arqueológica, foi proposta por Felipe Criado Boado e o seu Grupo de Investigação em Arqueologia da Paisagem (Universidade de Santiago de Compostela/Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento, CSIC), assentando os seus princípios teóricos, em cinco pontos fundamentais:

- “1. La realidad se produce a través del trabajo humano (...).
 - “2. Todo lo real está cruzado por una unidad material fundamental, lo que implica que entre todos los segmentos de la realidad existen relaciones de interdeterminación (...).
 - “3. La realidad no está constituida solo por lo material, sino también por lo ideal o imaginario (...).
 - “4. A menudo lo ideal es la condición infraestructural básica de lo material (...).
 - “5. Todo lo anterior determina que entre los diferentes códigos de una misma cultura existen relaciones de compatibilidad estructural que, en última instancia, deberían permitir que unos se pudiesen estudiar desde otros (...)” (Criado, 1993a, p. 41).
- “La arqueología del paisaje, surge cuando se amplia

el campo semántico del espacio para desprenderse de las connotaciones presuntamente objetivas y exclusivamente físicas del concepto espacio y abrir la investigación arqueológica a sus dimensiones culturales.

“Eso es lo que representaría la sustitución del concepto espacio por paisaje” (Criado e Santos, 1998, p. 504).

O seu princípio geral, assenta no conceito de formação social, para além do indivíduo relacionado com práticas sociais concretas. Considerada objectivamente como registo arqueológico, a morfologia da paisagem própria de cada formação social, é susceptível de ser comparada (Criado, 1993b, p. 18-19).

A teoria da compatibilidade estrutural, assenta no princípio que a partir de um padrão de racionalidade, podemos observar os mesmos princípios em todas as escalas que podem ser identificadas, quer seja na arte rupestre ou na construção da paisagem.

Nesta perspectiva unificada de estudo (Santos e Criado, 1998, p. 579-580), devem ser consideradas todas as possíveis escalas sem hierarquia, uma vez que a compatibilidade estrutural, está presente em todos os âmbitos da realidade.

A arte rupestre, pode ser considerada como um âmbito de estudo privilegiado da arqueologia cultural-simbólica, uma vez que as paisagens simbólicas são próprias da arte rupestre. A teoria antropológica, é a ferramenta desta prática arqueológica, que tem como realidade, o registo arqueológico.

Para o estudo da paisagem dos caçadores recolectores da foz do Côa, existe um elemento natural desta que definimos como “monumento selvagem”, visível temporal e espacialmente que deverá, ter sido integrado como símbolo da perpetuidade e tradição dos grupos humanos. Falamos do monte do Arcanjo S. Gabriel, formação natural, com a qual a arte rupestre paleolítica da foz do Côa surge associada e que parece contribuir, para naturalizar o discurso, formando um sistema com os outros elementos (lugares), da paisagem dos caçadores recolectores.

Consideramos este processo, como a conversão da monumentalidade natural a monumentalidade cultural, “culturalização da natureza”, em que o significado e função do espaço permanecem, depois de ter sido apreendido e modificado culturalmente, essência interpretativa da arte rupestre paleolítica de ar livre.

3.2. *A arte rupestre na arqueologia da paisagem*

A concepção da paisagem como registo na sua totalidade, permite analisar todos os elementos da cultura material. No caso da arqueologia das paisagens simbólicas, analisamos a arte rupestre como um elemento na paisagem, com uma prioridade sincrónica.

A arte rupestre comporta graus de visibilidade na paisagem e a sua localização de carácter intencional, evidencia o fenómeno de construção duma paisagem cultural, em que assenta este trabalho.

Os fenómenos de ampla distribuição que pode apresentar a arte rupestre, como é o caso do Vale do Côa, obrigam a um estudo macro utilizando modelos com diferentes escalas, por isso objecto privilegiado de estudo desde a arqueologia da paisagem, através em concreto, da teoria da visibilidade e interpretação do registo arqueológico, entendida como “metáfora visual” que utilizamos, para definir as bases metodológicas e analíticas, para o estudo da arte rupestre na paisagem.

3.3. *Metodologia arqueológica para o estudo da arte rupestre na paisagem*

A arte rupestre, apresenta como características a sua qualidade de lugar e de agente transformador do mesmo, condição esta que a converte, em monumento. A teoria da visibilidade e interpretação do registo arqueológico, diz que as condições de visibilidade, são a objectivação da concepção espacial vigente, dentro do contexto cultural, em que se desenvolveu a acção social (Criado, 1993a, p. 42).

O factor visibilidade, considerado como característica intrínseca dos elementos do registo arqueológico, “intenta definir la actitud cultural hacia el espacio a través de la forma como se visibilizan los efectos y productos de la acción social” (Criado, 1993b, p. 33).

Por isso, a análise das estratégias de visualização, resultam tão significativas no estudo do registo arqueológico, considerando-se como sua componente principal, foco de procedimentos teórico metodológico da arqueologia cultural e simbólica que concilia uma postura materialista, sem renunciar à intencionalidade da dimensão ideológica, considerada como origem dessa materialidade.

A visibilidade, pode projectar-se em duas dimensões: a espacial e a temporal, estratégia de alcance tanto no “presente social”, como através do tempo, pelo que podemos falar de estratégia de “monumentalização”. A contribuição, mais importante da arqueologia da paisagem pós-processual, será talvez a noção de que para as sociedades humanas pré-históricas, o passado foi um elemento tão constitutivo e integrante da paisagem, como os seus próprios elementos físicos.

Assim, assumimos, o pensamento de que toda a cultura material dos grupos humanos pré-históricos, é uma produção semiótica do seu pensamento e a arte rupestre, um sistema de representação visual.

O método de estudo, aplicado ao estudo da arte rupestre na paisagem, desenvolve-se através de uma análise das seguintes escalas:

1. **Lógica**, construtiva das gravuras rupestres;
2. **Formas**, de ordenar o espaço dentro dos painéis;
3. **Padrões de localização** dos lugares com arte rupestre;
4. **Critério de visibilidade**: capacidade de ser observado desde outros lugares.
5. **Visualização**: campo visual que se abrange desde o sítio;

Através, da sua disposição diferencial no espaço e em pontos que permitem a sua inter- visibilidade, os painéis de arte rupestre transformam-se numa “rede de pontos” que estruturam todo o espaço global. Significantes portadores, de diversos tipos de informação que permitem, tornar compreensível a realidade existente, através de uma arqueologia que desde o presente, tenta definir uma possibilidade de reviver a pré-história, pretendemos tornar paisagem revisitada.

A nossa perspectiva de estudo da arte rupestre paleolítica de ar livre parte de um princípio, de que a maioria das abordagens realizadas para outros conjuntos similares a nível peninsular, tem sido marcada pela colocação da ênfase, nos estudos de carácter estilístico e cronológico e que em nosso entender, ignoram a essência básica dos painéis de arte rupestre que consideramos, ser um “monumento esculpido” no espaço, de acordo com uma racionalidade espacial específica, do grupo humano que a criou.

A existência, de uma estrutura de dispersão geográfica dos lugares com arte rupestre, indica em

nosso entender, a utilização preferencial do território por parte do(s) grupo(s) humano(s) que os realizou e neste caso concreto, o reflexo da mobilidade dos caçadores-recolectores.

3.4. *Visão holística da arte rupestre paleolítica da foz do Côa*

A concepção holística da nossa interpretação que pensa as relações sociais, a partir da acção da sociedade sobre o indivíduo, implica abordar a paisagem, em função do grau de visibilidade recíproca de todas as unidades entre si. Desta forma, partimos do princípio de que os grupos humanos do Paleolítico superior, teriam um melhor controlo do espaço (*locus*) que do tempo (descontínuo e mítico), pelo que o espaço seria mais importante, para a sua praxis e os painéis com arte rupestre, seriam gravados historicamente e percebidos espacialmente.

Através da desconstrução do espaço, podemos recuperar os seus modelos de articulação, permitindo interpretar o sentido original da paisagem arqueológica. Esta análise, através da fisiografia e morfologia do espaço, tenta realizar a reconstrução de como o espaço foi percebido e qual foi a influência que os elementos naturais e artificiais, exerceram sobre os observadores pretéritos.

A geografia da mobilidade, através da vinculação a vias naturais de trânsito que possibilitam o acesso a lugares de comunicação, áreas de recursos ou territórios distintos, permite a reconstrução das estratégias, através das quais a paisagem social expressava o seu sentido, para os indivíduos que conheciam o seu código visual e simbólico.

Assim, entendemos por território a dimensão naturalista de um conceito social que pretende definir, a conversão do espaço em recurso por um grupo humano, enquanto a paisagem, representa a dimensão cultural da natureza, através da transformação em arte, dos espaços contemplados ou percebidos.

Para entender como os grupos humanos do Paleolítico superior definiram o espaço transformando-o num conjunto de lugares que constituem uma paisagem cultural, estudámos os vestígios da sua actividade com uma visão global que integra, factores económicos, sociais e simbólicos, uma vez que esta paisagem arqueológica, combinaria estes vários aspectos do uso do espaço.

Isto significa que entendemos a arte rupestre paleolítica de ar livre, inter-relacionada com a organização e percepção pré-histórica do território, a exploração dos recursos e o movimento dos grupos humanos sobre o espaço, funcionando como sistema de comunicação, entre o grupo e no seu relacionamento com os distintos grupos que se moveram por este território, numa hipotética dinâmica de agregação.

Para Moure (1999), os estudos arqueológicos de arte rupestre paleolítica, que Jean Clottes (1993) designou por “contexto arqueológico externo” e que resulta da problemática da mobilidade, territorialidade e organização social dos caçadores-recolectores, caracterizando-se por uma maior ou menor mobilidade variável, dentro do contexto cronológico do Paleolítico Superior), devem caracterizar-se pelos seguintes procedimentos:

- Determinação estilística com “elementos suficientemente diagnósticos como para pensar numa mesma autoria individual, ou de grupo” (Moure, 1999, p. 31);
- Escavação, de áreas de estância com objectivos de caracterização tecnológica, económica e ecológica;
- Estudo de recobrimento estratigráfico de painéis decorados;
- Recurso à arqueologia espacial, que “a su vez puede prestar ayuda (el arte rupestre) en la delimitación de territorios, áreas de captación, desplazamiento, etc...” (*Ibid.*, p. 30-32).

Através do estudo da técnica, estilo, temática e estrutura da arte paleolítica de ar livre do Vale do Côa, dentro de uma óptica de “reconstrução antropológica” que designamos de visão holística, ou seja o entendimento da história destas comunidades humanas para além dos estudos crono-estratigráficos, de caracterização tipológica, estudos paleoambientais, arqueo-zoológicos, tecnológicos, ou de aprovisionamento de matérias-primas líticas, introduzimos uma leitura dos vestígios deste processo histórico no registo arqueológico, através de uma análise arqueológica que examine os resultados destes actos de intercâmbio, já que apesar de os contactos humanos não serem observáveis, podemos através do registo arqueológico, observar os efeitos da repetição do comportamento dinâmico, das relações sociais e interacção,

dos grupos humanos, de caçadores-recolectores para estudarmos, acções sociais e não objectos.

Mas será que podemos descrever arqueologicamente, a estrutura desta interacção social?

Quando falamos de estrutura social, referimo-nos aos aspectos formais dos fenómenos sociais - uma estrutura representa um sistema composto por elementos, em que uma modificação num deles, desencadeará uma mudança nos demais.

O território é constituído por mais de uma paisagem e esta encontra-se sobreposta por vários lugares. O lugar é o elemento base fundamental, para analisar as interacções existentes numa paisagem arqueológica, sendo que os lugares da arte rupestre delimitam a fronteira entre a “floresta natural” e a “floresta dos símbolos”.

O processo de domesticação simbólica do espaço e da experiência do tempo através do movimento, produz-se através dos painéis, com arte e da sua visibilidade, (ou o seu contrário), de forma intencional o que permite uma manipulação do espaço, através da construção de uma paisagem cultural, organizada mediante mecanismos de ordem visual.

4. A divulgação da arte rupestre de ar livre paleolítica do Vale do Côa

Os gestores de Património Cultural (PC) encontram-se numa posição muito difícil perante a sociedade, uma vez que têm como objectivo conseguir uma relação harmoniosa entre o direito de acesso e a preservação dos sítios que administram, competindo-lhe determinar o número ideal de visitantes, conceito de sustentação aplicado à gestão do PC e que alguns consideram como “Paradoxo da Gestão do Património” e que para nós se resume à definição da “capacidade de acolhimento” dos sítios.

No caso do Vale do Côa, defendemos em tese como resposta a esta questão a implementação de uma estratégia de diversificação, dos destinos dos visitantes do PAVC, ainda que contrariamente ao defendido por outros investigadores, defendamos que é possível o aumento do número de visitantes, através da adequação e abertura de novos núcleos.

Os limites diários de visitantes foram estabelecidos, por uma capacidade de sustentação perceptível.

Assim, enquanto para uns, o modelo deve assentar na “capacidade de acolhimento”, a raiz deste conceito, para outros a capacidade de carga (*carrying capacity*), encontra-se no campo da gestão da vida selvagem.

Este termo passou rapidamente a ser utilizado na gestão de sítios patrimoniais e tem que ver com a resposta a um problema fundamental: dizer quanto é muito, o uso de um determinado bem cultural.

A “capacidade de acolhimento” é um conceito complexo que incorpora princípios das ciências sociais, do meio físico e da biologia, comportando três componentes básicos, relacionados entre si: objectivo de gestão, actividades dos visitantes e impacto da actividade recreativa, sobre o meio físico.

Desta forma, a capacidade de utilização pode variar de muito baixa a muito elevada, dependendo da actuação em relação a determinados recursos que se pretendem conservar.

A “capacidade de acolhimento” é portanto um conceito dinâmico que deve ser ajustado a todos os recursos que participam na gestão de um espaço natural/cultural, com uso recreativo.

A *Countryside Recreation Research Advisory Group* (CRRAG) distingue os seguintes aspectos, relacionados com a capacidade de acolhimento:

- Capacidade de acolhimento físico;
- Capacidade de acolhimento económico;
- Capacidade de acolhimento perceptivo.

Em nossa opinião, devemos acrescentar os critérios de acolhimento paisagístico e turístico, tendo como objectivo evitar a diminuição da qualidade de visita. Ou seja, definir o máximo nível de uso, em número de visitantes e actividades, a partir dos quais se produz uma diminuição da qualidade da experiência, do ponto de vista do visitante.

A análise da capacidade perceptiva é o elemento menos tangível, uma vez que a tolerância à “massificação” varia não somente entre indivíduos, mas também para uma pessoa em diferentes situações.

Assim, as expectativas através da medição estatística, são o melhor elemento preditivo da forma como são avaliadas, as condições de uso.

O incremento do nível de uso de um espaço natural/cultural não só afecta os recursos mas também pode afectar, a qualidade da experiência do visitante. Deve por isso ter-se em conta que a densidade

de utilização, não se encontra através do número de pessoas x unidade espaço, índice que não representa a “massificação” em si mesma, mas sim a percepção do visitante, já que é esta que⁷ determina que uma determinada densidade, seja assumida como indesejável.

4.1. Apresentação “in situ”

O esquema de visitas definido para o PAVC estabeleceu-se através da escolha de três núcleos de arte rupestre paleolítica que são visitáveis, através dos serviços do parque e através de empresas privadas que possuem protocolo com a instituição, o núcleo da Penascosa, Canada do Inferno e Ribeira de Piscos, tendo sido os factores de selecção, o acesso e a representatividade das grafias da arte rupestre do Vale do Côa.

O sistema implementado é o do acesso restrito — os visitantes num máximo de 8 pessoas por grupo, agrupados em três centros de recepção, são guiados em viaturas todo o terreno por caminhos rústicos, aos sítios visitáveis de arte rupestre.

Actualmente, encontram-se em vigor limites diários nos sítios abertos ao público, em número de 48 no núcleo da Penascosa, podendo atingir os 52 no caso de grupos escolares, (sendo que este tipo de visitas apenas se realizam neste núcleo, por questões de acesso, o qual se encontra aberto, apenas no período da tarde), 32 nos núcleos da Ribeira de Piscos e Canada do Inferno.

As razões invocadas para os limites impostos são as da luz solar para a melhor visualização das rochas gravadas, tendo o número máximo de visitantes sido calculado a partir da previsão dos períodos do dia, nos quais os três núcleos visitáveis apresentam melhores condições de luz natural, assim como da regra fundamental em que assenta o actual sistema de visitas que é, o de não se encontrar ao mesmo tempo no mesmo núcleo mais do que um grupo.

O número máximo de visitantes anuais permitido pelo sistema actual implementado é de 30000, mas será importante referir que o número de visitantes nos anos de 2004, 2005 e 2006, foi de 13207, 12260 e 11888 respectivamente (Pau Preto, 2008, p. 161).

4.2. Museu do Côa

Defendemos que o Museu do Côa deve ser o edifício de recepção do Parque Arqueológico do Vale do Côa, uma instituição vinculada à investigação, conservação e divulgação da arte e arqueologia do Vale do Côa e de acolhimento de um “Centro Internacional de Investigação de Arte Rupestre” e ter como orientação a Ecomuseologia/Museologia Social, ou seja, deve ter como base um projecto de Ecomuseu Territorial, constituído por três esferas intimamente relacionadas que formam uma intersecção básica, de onde deriva a sua concepção teórica e metodológica:

- O Património Cultural;
- O Meio Ambiente e
- A Estrutura Económica/Produtiva, numa perspectiva de Desenvolvimento Sustentável, que tenha como fundamentos:
 - § A protecção, a investigação e a conservação do Património Cultural;
 - § A protecção, a conservação e a valorização do meio ambiente, por forma a que não se coloque em causa, o usufruto dos recursos, pelas gerações vindouras;
 - § O fortalecimento e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

É importante perceber que a função social do museu é o resultado de processos de transformação dos tecidos sociais e de condições de existência específicas, assim como o conceito de ecomuseu, enquanto eixo estruturante de um território através da acção de um museu/edifício de recepção, assenta na ideia de que este deve ser um “laboratório” para a construção do futuro na área do PAVC, devendo desta forma, um projecto de “Ecomuseologia Territorial” ter como objectivo, transformar positivamente a vida das comunidades locais, valorizar o território e incidir positivamente sobre a paisagem.

Por defendermos também a aproximação entre a instituição Museu do Côa e as organizações escolares, pensamos que o este deverá ter como objectivo basilar, a construção de um público constituído no mínimo, por 55% de estudantes dos vários níveis de ensino, nacionais e estrangeiros, já que os museus tal como as escolas, devem entender a aprendizagem mais como um processo do que como um produto.

Para além disso, o programa museológico e museográfico deve ter como conceito a dimensão interpretativa e expositiva de carácter regional, ou seja o Museu do Côa deve ser um museu do parque arqueológico, assumindo-se como uma instituição territorial e assim, defendemos o uso da tecnologia sofisticada, como suporte da linguagem museográfica, visando a criação de uma base de dados interactiva dos sítios arqueológicos, assim como a realização de infografias que permitam a recreação virtual dos sítios e ambientes, deve expor-se a arte rupestre e a arqueologia contextualizando-a através da informação, interpretação e interacção experimental.

Ou seja, um museu concebido no seu programa, desde o conceito dos “Museus Multimédia”, em que a estrutura assente na exposição permanente de apresentação da arte rupestre do Vale do Côa, expondo de igual forma o trabalho arqueológico realizado na região, desenvolvido no âmbito dos projectos internos do PAVC, assim como dos externos de forma a explicar a Pré-história, a Arqueologia Pré-histórica e em especial a vida no Paleolítico superior, a história da descoberta da arte Paleolítica do Vale do Côa, a Arte Paleolítica, a Arte Rupestre das sociedades de pastores/agricultores do Neolítico-Calcolítico, a Arte rupestre da Idade do Ferro e o seu contexto arqueológico.

A articulação da visita ao museu com a apresentação dos núcleos visitáveis e de futuros centros de interpretação, tal como o do Núcleo de Arte Rupestre da Faia em Cidadelhe, Concelho de Pinhel, permitirá — segundo este conceito de dimensão interpretativa e expositiva regional — a compreensão do território e das suas paisagens arqueológicas, em articulação com a paisagem cultural evolutiva e viva.

Queremos dizer com isto que a planificação museológica deve entender a arte e a arqueologia do Vale do Côa, como uma realidade que através de exposições temporárias paralelas ao programa da exposição permanente, apresentem o território de forma integral.

5. As paisagens culturais como património da humanidade

A paisagem cultural é uma categoria de classificação adoptada no ano de 1992 pelo comité do

património mundial da UNESCO. O Alto Douro Vinhateiro foi considerado como uma “paisagem cultural evolutiva e viva”, sendo que parte do território do PAVC se insere numa parcela deste território.

Carl Sauer, fundador da escola de Berkley, desenvolveu o conceito “de paisagem cultural” que define como a paisagem natural, valorizada pelas actividades humanas e suas consequências, a *Convenção do Património Mundial* define as paisagens culturais como as “obras combinadas da natureza e do homem que ilustram a evolução do ambiente natural mediante a acção das forças sociais e culturais” (UNESCO, 1972, artº 1º).

A *Convenção Europeia da Paisagem* (Florença, 2000) destaca a importância da paisagem do ponto de vista ambiental, cultural, social, e como recurso favorável à actividade económica, sublinhando a necessidade de planificação paisagística, para a protecção e gestão dos seus valores naturais e culturais.

Pretende-se, através do estudo das paisagens arqueológicas, revelar a dimensão humana na construção e modelação das paisagens, associadas ao papel das mudanças climáticas, possibilitando a compreensão dos fenómenos eco-territoriais do passado e as condicionantes, na vida das comunidades humanas pré-históricas.

O território conforma uma autêntica unidade geomorfológica e histórica, mas como é que as populações o interpretam que dimensões atribuem, aos seus valores naturais e culturais? E qual deve ser a contribuição dos parques arqueológicos, na construção desta narrativa?

Quando se avalia uma paisagem cultural fóssil na óptica da arqueologia da paisagem, temos presente uma escala de valores entre os diversos elementos que a compõem na relação forma/conteúdo, sendo os componentes dessa avaliação: a unidade geomorfológica, a diversidade/estrutura e a escala.

Assim, seria de grande importância definir a evolução da paisagem do Vale do Côa e Douro Superior sob influência antrópica, ou seja, construir a história do impacto humano no território, ou melhor, escrever a “história ecológica” da região.

A aplicação da tecnologia SIG associada às ciências paleoambientais, constitui o meio para o estudo e reconstituição, das paisagens arqueológicas,

num conceito de abordagem à arqueologia da paisagem, como o definido por Felipe Criado (Aula de Seminário de Arqueologia da Paisagem. IEGPS. Santiago de Compostela. Abril, 2006), como “un programa de investigación orientado hacia el estudio y reconstrucción de los paisajes arqueológicos o, mejor, el estudio con metodología arqueológica de los procesos y formas de culturización del espacio a lo largo de la historia”, ou seja, assumindo o pressuposto de que as entidades arqueológicas são realidades espaciais, sendo assim, a arqueologia da paisagem um meio para estudar a “espacialidade” humana em arqueologia, considerando em primeiro lugar o espaço como meio físico e matriz ambiental da acção humana, segundo o espaço social e simbólico e articulando as três dimensões de forma complementar.

Temos assim a arqueologia sócio-cultural da paisagem, entendendo esta como um produto humano que utiliza o espaço físico, para criar uma nova realidade — o espaço social, através da aplicação de uma ordem imaginada que será o modelo ideal para o estudo da arte paleolítica do Vale do Côa, o que designamos anteriormente de “paisagem estruturada pela arte”, ou seja, a apropriação do espaço através da arte rupestre.

Assim, entendemos um programa de investigação em arqueologia da paisagem no Vale do Côa, como meio de reconstruir as formas de utilização do espaço, por parte das diferentes comunidades pré-históricas e históricas e como forma de reconstruir, o processo de formação da paisagem rural tradicional.

A reconstituição das paisagens arqueológicas é um trabalho útil, não exclusivamente pelo conhecimento em si, mas também porque pode explicar as dinâmicas da paisagem.

O interesse especificamente paisagístico, dos parques arqueológicos é evidente, na óptica da salvaguarda das paisagens históricas que constituem um património natural e cultural e na de permitir a “evolução harmoniosa” de novas paisagens rurais.

6. Os parques arqueológicos como meio de protecção eficaz das paisagens: a criação do PAVC

O Parque Arqueológico do Vale do Côa, que foi criado no dia 14 de Maio de 1997 (artº 9º do

Decreto-Lei nº 117/97), possui sede em Vila Nova de Foz Côa, onde se encontram instalados os seus serviços administrativos e de investigação, assim como dois centros de recepção e apoio à visita dos núcleos da Penascosa, situados na aldeia de Castelo Melhor, e na aldeia da Muxagata.

Tem por funções gerir, proteger, musealizar e organizar para visita pública, os monumentos incluídos na zona especial de protecção. O Decreto-Lei nº 131/2002, de 11 de Maio, veio estabelecer a forma de criação de parques arqueológicos, bem como os objectivos, o conteúdo material e o conteúdo documental do Plano de Ordenamento de Parque Arqueológico, inexistente até esta data.

Assim entende-se por Parque Arqueológico

“qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território esse que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios, cujo ordenamento e gestão devem ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos aí existentes” (artº 2º).

No entanto, durante mais de dez anos, o PAVC tem funcionado como serviço do ex-Instituto Português de Arqueologia, sob tutela do Ministério da Cultura, encontrando-se actualmente integrado no Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico.

Na actualidade, o PAVC não possui forma jurídica, competências territoriais, plano de ordenamento e gestão, pelo que em nosso entender, deve procurar-se sensibilizar as comunidades locais para a defesa da paisagem, assim como os profissionais cuja actividade tenha incidência sobre o território, através da motivação e responsabilização para os aspectos paisagísticos, no desenvolvimento da sua actividade, da mesma forma que os promotores imobiliários e agentes económicos, devem ter consciência do valor acrescentado para os seus produtos, da adequada integração na paisagem, bem como proceder à inventariação, de “zonas visuais de especial tratamento paisagístico”, estabelecendo os respectivos perímetros de protecção.

Devem ainda ser levados a cabo estudos da capacidade de acolhimento para o desenvolvimento das diferentes actividades, tendo em linha de conta a valorização da qualidade e fragilidade da paisagem, ou seja integrar a paisagem, na política de ordenamento do território e urbanismo e nas políticas cultural, ambiental agrícola e social.

Estamos convencidos de que a médio prazo a *Convenção Europeia da Paisagem* (Florença, 2000) irá ter uma influência na prática arqueológica e consequentemente no património cultural arqueológico, do mesmo tipo que exerceu a *Convenção de Malta* de protecção do património arqueológico, aprovada em 1985 e que abriu um novo âmbito para a arqueologia, nestes últimos anos.

6.1. Plano de gestão integral do PAVC: o território como depositário do património natural e cultural

Desde o seu início, a definição de parque arqueológico em países como a Itália e a Espanha, criou um problema conceptual de aplicação do termo, uma vez que era associado tanto a um sítio arqueológico delimitado, como a conjuntos de grande extensão que se configuram, como verdadeiras paisagens culturais.

O mesmo aconteceu aquando da criação do PAVC que embora instituído desde 1996, apenas através do artº 13º do Decreto-Lei nº 117/97, de 14 de Maio, viu definidas as suas funções como serviço dependente do extinto Instituto Português de Arqueologia.

Apenas com a lei de bases do património cultural — Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, surge a figura legal de Parque Arqueológico e são definidas (artº 75º), as formas e regime de protecção, assegurando o ponto 7 que

“com vista a assegurar o ordenamento e a gestão dos parques arqueológicos, a administração do património arqueológico competente deve, nos termos da lei, elaborar um PEOT, designado por plano de ordenamento de PA-POPA, cujos objectivos, conteúdo material e conteúdo documental do plano serão definidos na legislação de desenvolvimento”.

Com o Decreto-Lei nº 131/2002, de 11 de Maio, que regulamenta a criação e gestão dos parques arqueológicos, estabeleceu-se para além do enquadramento legal dos PA, o seu objectivo:

“artº 3º - Proteger, conservar e divulgar o parque arqueológico;

“Desenvolver acções tendentes à salvaguarda dos valores culturais e naturais existentes na área do parque arqueológico;

“Promover o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações e das comunidades abrangidas.”

Já no art. 5º deste diploma legal podemos ler que

“1. A criação de parques arqueológicos é feita por decreto regulamentar, o qual define:

“a) A delimitação geográfica da área e os objectivos específicos do parque arqueológico;

“b) Os actos e actividades condicionados ou proibidos;

“c) Os órgãos de gestão, sua composição, forma de designação dos seus titulares e respectivas atribuições e competências;

“d) O prazo de elaboração do plano de ordenamento.

“2. A criação de parques arqueológicos é obrigatoriamente precedida de inquérito público.

“3. O inquérito público previsto no número anterior consiste na recolha de observações sobre a proposta de criação do parque arqueológico, sendo aberto através de editais nos locais de estilo e de aviso ao publicado em dois jornais mais lidos nos concelhos abrangidos pelo parque arqueológico, um dos quais de âmbito nacional.

“4. Nos avisos e editais referidos no número anterior indica-se o período de inquérito, o qual deverá ser de 20 a 30 dias, e a forma como os interessados devem apresentar as suas observações e sugestões.

“5. O decreto regulamentar de criação de um parque arqueológico pode interditar ou fixar condicionamentos ao uso, ocupação e transformação do solo dentro da área abrangida pelo parque arqueológico.”

Quanto à elaboração, aprovação e execução dos POPA, aplica-se o regime jurídico relativo aos PEOT previsto no Decreto-Lei nº 380/1999, de 22 de Setembro, e posteriores alterações (republicação no Decreto-Lei nº 316/2007, de 11 de Setembro).

Em nosso entender, a figura de parque arqueológico deve assentar, no organismo de gestão para a protecção, valorização e investigação sobre paisagens, com uma génese milenar e com um valor excepcional de conservação, reforçando o valor patrimonial das paisagens milenares, passíveis de serem objecto de

estudo arqueológico e da sua posterior transmissão significativa, aos cidadãos.

Desta forma, os parques arqueológicos são uma forma eficaz para realizar o estudo e protecção das paisagens, na conciliação de valores naturais e culturais com a participação efectiva das populações locais.

Percebemos, de igual modo, que a sociedade contemporânea reivindica a recuperação da paisagem natural, a implementação de projectos interdisciplinares de investigação que devem potenciar a conservação do património, o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento sustentável em sintonia e que sejam em simultâneo, respeitadores do património, nomeadamente o arqueológico, entendido como bem não renovável.

De referir como ideia base que a gestão do património nesta área territorial se caracteriza por uma grande imaturidade, (talvez fruto da sua juventude), assim como pela ausência nas universidades portuguesas, de uma tradição na formação em gestão do património cultural e desta forma, concordamos com o defendido por outros investigadores da interacção com o meio, assim como da função social, dentro da origem do conceito de parque arqueológico, assente na figura de ecomuseu.

Defendemos para o PAVC um modelo de gestão similar aos implementados nos “Parques Culturales de Aragón”, Espanha, que se desenvolvem num território mais ou menos extenso, entre os cinco municípios no caso do Parque Cultural de Albarracín, de um vale de um rio como o de Vero ou do rio Martín, englobando nove e oito municípios respectivamente, até a uma extensa área territorial como no caso do Parque Cultural de Maestrazgo que engloba o território de quarenta e dois municípios e que se estruturam, mediante uma rede de centros de interpretação temáticos, localizados ao longo do seu território, o que resulta numa distribuição da riqueza, gerada pelos ingressos dos visitantes, sendo os mais semelhantes ao PAVC, os parques culturais do Rio Vero e Martín, com uma estratégia de gestão que tem como propósito, a salvaguarda da arte rupestre com o seu contexto envolvente, abrangendo a vida natural animal e vegetal.

Uma vez atingida, como é o caso, uma fase prévia da investigação arqueológica, que é fundamental para que este modelo se possa desenvolver, pois sem investigação não é possível realizar seriamente a gestão do património arqueológico de um território, é necessário levar a cabo um trabalho de planificação estratégica, a qual exige antes de mais que se proceda, à identificação das potencialidades e dos constrangimentos, para que a partir daí se possam definir os objectivos prioritários, (planificação, organização e controle), que permitam a obtenção de uma maior rentabilidade económica e social dos recursos patrimoniais existentes.

Para além disso, devem ser desenvolvidas determinadas actividades, como sessões de informação e acções educativas, que fomentem e incentivem o envolvimento das diversas entidades locais, tais como a promoção de visitas dos residentes, por forma a que estes possam “apropriar” o seu património e o desenvolvimento de uma campanha subordinada ao tema “Parque Arqueológico do Vale do Côa: Para Ti, Para Todos”, ou seja, uma intervenção de incontornáveis consequências sociais e portanto, políticas, para que sobretudo, esta nova riqueza seja respeitada e revalorizada culturalmente, sirva de valor e símbolo e se torne um elemento fundamental e representativo das comunidades da área do parque, já que a valorização da dimensão social e humana na conservação do património arqueológico, construído e paisagístico é hoje um imperativo da própria comunidade, integrando a protecção e conservação do património, numa política mais vasta de conservação e reabilitação do próprio ambiente e da paisagem, numa perspectiva de gestão integrada do ambiente e dos recursos culturais, uma política cultural na sua vertente patrimonial que não deixe de ser social perseguindo em simultâneo, a rentabilização do património arqueológico, através da criação de emprego, mas também a rentabilização social e a geração de riqueza, promovendo o seu acesso e conhecimento.

Para dar resposta a estas questões, defendemos fundamentalmente como modelo de gestão, a elaboração de um Plano de Gestão para o Parque ou Planos específicos de acção:

1. Um **Plano de Desenvolvimento Sustentável do PAVC**, que contenha:

Em primeiro lugar, o diagnóstico da situação actual do PAVC, bem como a definição dos objectivos e a sua correlação com o plano de ordenamento (POPA) e das medidas tendentes a alcançá-los.

Para além disso, preconizamos um modelo de gestão assente na premissa da rentabilidade, para que não se analise o património cultural como um custo que exige, o investimento de intermináveis quantidades de dinheiro para efectivar a sua conservação, assumindo-se o património cultural como fonte de riqueza e de desenvolvimento económico.

Neste sentido, há que implementar de igual forma, sistemas de avaliação do interesse patrimonial dos sítios arqueológicos, como fase prévia à sua classificação legal e gestão e definir os critérios de avaliação: valor simbólico, estético, informativo e económico, bem como um plano zonal (conjunto de medidas agro-ambientais, específicas para a conservação de espécies autóctones e elaboração de um manual de boas práticas, para uma agricultura sustentável na área do PAVC) e a *Carta de Risco*, entendida como um documento de gestão patrimonial, baseado num sistema de informação geográfica, em que — sobre a base de um inventário das estações arqueológicas — se avaliem os factores e as variáveis de risco potencial e real, (as variáveis geralmente determinadas, incluem critérios e normas de protecção legal, classes de uso do solo, incidência de erosão, risco sísmico e níveis de exposição ao vandalismo), para cada elemento inventariado.

2. Um **Plano de Interpretação e Apresentação**, já que entendemos os Centros de Interpretação, como uma zona introdutória que serve o fim primordial de apresentar previamente os sítios arqueológicos ao público e funcionar, como explicação do seu contexto.

Um das finalidades da apresentação ao público do património arqueológico, é a de divulgar os conhecimentos científicos e assim, cumprir a verdadeira função social da arqueologia, pelo que pensamos que a interpretação

deve ser entendida, como o processo de comunicação entre o património arqueológico e o público, devendo transmitir o seu significado e o valor.

Para tal, são essenciais, os seguintes recursos:

- Sinalética em Braille, de forma a eliminar os factores de exclusão do acesso ao património, para pessoas com deficiência visual;
- Explicações sonoras e tácteis das visitas;
- Sinalética;
- Criação de circuitos de visita pedonais;
- Ecopistas;
- Desenvolvimento de um sistema *Webpark*, no âmbito do projecto “Webpark, informação geográfica para visitantes de áreas protegidas”, programa *Information Society Technologies*, financiado pela União Europeia (IST-2000-31041);
- Animação do património, eventos de história recriada e arqueologia experimental;
- Criação de percursos que remetem a pontos culturais, a sítios etnográficos e naturais;
- Criação de itinerários, vertebrados ao longo de pontos de informação, através da colocação de sinais de direcção e sinais informativos, que instalados nos pontos de informação, servirão para interpretar o que o visitante visualiza directamente, através de suportes gráficos e de um pequeno texto.
- Criação de um centro de arqueologia experimental do Vale do Côa;
- Implementação do programa “Herity” que surgiu em 1994 por iniciativa da DRI, (organização privada sem fins lucrativos com sede em Roma que trabalha no âmbito da investigação e promoção do património cultural e do turismo, em colaboração com administrações públicas e privadas), tem como objectivo, definir um sistema de avaliação de qualidade, na gestão dos diferentes tipos de bens patrimoniais;
- Utilização das novas tecnologias na interpretação/apresentação da arte paleolítica do Vale do Côa, através do desenvolvimen-

to de conteúdos a oferecer de forma opcional ao visitante, em pareceria com uma empresa de base tecnológica, no regime de mecenato, proporcionando uma apresentação em “realidade aumentada”: reconstituição e apresentação em 3D, por forma a que se possa ir para além dos vestígios arqueológicos e se proporcione ao visitante, a percepção da paisagem envolvente dentro da necessidade de interacção, entre estes e a actividade humana do território.

3. Um Plano de Conservação:

A legislação actualmente em vigor para as áreas protegidas (Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro) estabelece o regime destes espaços, determinando desde logo que a conservação da natureza e a protecção da paisagem e dos equilíbrios ecológicos, são objectivos de interesse público.

O Rio Côa, que dada a sua orientação sul-norte se constitui como um corredor ecológico e um importante factor, para a migração de aves e passagem de fauna, apresenta alguns problemas nomeadamente, a degradação dos bosques, existindo nas zonas rupícolas e nas zonas ripícolas mais de 120 espécies de aves e cerca de 20 mamíferos.

Inserida na área do PAVC, existe a Zona de Protecção Especial do Vale do Côa, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 384-B/99, de 23 de Setembro, com uma área de 20628 hectares, que possui avifauna com elevado estatuto de conservação, constituída por populações de cegonha preta, abutre do Egipto, grifo, águia-real, águia de Bonelli, bufo real, e chasco-preto.

Os objectivos, definidos pela futura implementação do Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa (POPAVC) e do Plano de Desenvolvimento Sustentável que propomos devem visar a conservação integrada assim como a elaboração de um projecto que compatibilize a investigação e a conservação, com um programa mais amplo de conservação da paisagem.

No que diz respeito à contaminação visual, a recomendação integrada nas políticas de paisagem adoptadas em 1995 pelo Conselho da Europa, parte do pressuposto que é imprescindível elaborar uma série de estratégias, no sentido de integrar o controlo da evolução da paisagem e da conservação dos sítios culturais, no âmbito de uma política global que proteja ao mesmo tempo os valores culturais, estéticos, ecológicos, sociais e económicos de um determinado território.

Neste sentido, propomos a conservação da arquitectura vernácula, nomeadamente no que respeita à recuperação dos muros apiários, que são estruturas de planta tendencialmente circular, aonde se instalam colmeias para a produção do mel de abelha e que possuem um elevado valor etnográfico e de inserção paisagística, na área do PAVC e dos fojos (armadilhas de caça ao lobo) que são muros construídos sob suporte rochoso, que correm paralelamente durante centenas de metros e se apertam progressivamente no seu troço final, até à cova profunda donde o animal não pode sair e que estão associados, à tomada de posse dos baldios e à domesticação do território.

Dentro desta linha, devem ser também recuperados os pombais, que são construções de planta circular utilizadas para a criação do pombo das rochas, características da região do Alto Douro e Trás-os-Montes e moinhos de água, através da inserção na iniciativa transfronteiriça, a candidatar ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007/2013), que ao permitir usos alternativos para os moinhos, sobretudo na produção de energia, permitirá simultaneamente, o seu aproveitamento para o lazer, podendo este levantamento ser realizado, em colaboração com o Centro de Estudos de Antropologia Social, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa da Universidade de Lisboa, o qual participa nesta iniciativa transfronteiriça. Preconiza-se ainda a realização de um estudo sobre o habitat, analisando a arquitectura tradicional da área do PAVC, em colabo-

ração com a Associação de Transumância e Natureza, com sede em Figueira de Castelo Rodrigo que tem em desenvolvimento um projecto de “Promoção e Valorização do Património Natural e Paisagístico do Vale do Côa numa perspectiva turística”, financiado pelo Programa Operacional Regional do Centro (Eixo II-Ação Integrada de Turismo e Património do Vale do Côa, CCDRC) e com o Gabinete de Apoio ao Agricultor e Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, Meda, Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel, com vista à promoção de formação técnico-profissional, na área das técnicas de construção tradicional, associada com a prestação de serviços à comunidade, a desenvolver em colaboração com as associações de desenvolvimento locais, gestoras do programa “Leader+” e outras de âmbito local.

Importante será também a realização de um estudo na área da arqueologia rural, baseado na génese e evolução do sistema agrário e da paisagem rural tradicional, com a seguinte metodologia:

- Prospecção arqueológica;
- Estudos etnográficos;
- Estudos documentais;
- Análise da toponímia.

4. Um Plano de Investigação:

Baseado na elaboração de programas de estudo da Pré-História Recente e da Proto-História e Romanização do Vale do Côa e Douro Superior, bem como de Valorização e Divulgação das Vias Romanas e Medievais na área do Parque Arqueológico do Vale do Côa e reelaboração do “Programa de Estudo do Paleolítico superior do Vale do Côa”, levando ainda a cabo a investigação da história da Idade Média e época Medieval dos territórios de Castelo Melhor e Almendra.

Seria também muito interessante que na elaboração do Plano de Pormenor de Castelo Melhor, se elaborasse um estudo de arqueologia da arquitectura do Castelo Melhor e se prosseguissem os trabalhos arqueológicos e o restauro do Castelo.

Para tal, é necessário o incremento da colaboração com universidades, nacionais e estrangeiras, e centros de investigação de excelência, com vista à realização de cursos e seminários práticos de Investigação Arqueológica, de Pré-história e Arqueologia, de Arte Rupestre, de Museologia (e de Museologia aplicados à Conservação), de Interpretação do Património, no âmbito da formação contínua do quadro técnico-científico do PAVC, mas também em interacção com programas escolares e pedagógicos de vários graus de ensino, no sentido da sensibilização dos mais jovens, para o património e sua conservação, através de campos de trabalho internacionais para estudantes universitários, acampamentos arqueológicos para jovens a partir dos 10 anos, fomentando a participação das populações nos trabalhos de escavação arqueológica realizados internamente pelo PAVC e fomentando de forma positiva, uma maior participação do financiamento privado.

No âmbito da divulgação, defendemos a realização de um Congresso bienal de Arte Pré-histórica, seminários da arte contemporânea e paisagem, festival de Verão de música temático, a criação de um Centro Internacional de Arte Rupestre, bem como a elaboração do Projecto Museográfico de Interpretação de Cidadelhe e organização da visita guiada ao núcleo de arte rupestre da Faia.

5. Um Plano de Formação:

Neste plano, devem ser integradas, acções de formação para professores, técnicos de arqueologia, conservação e museologia, cursos de Verão e cursos titulados “Património para a Educação”, bem como a organização do Programa “Vale do Côa Qualificar I e II 2007/2013”.

Ainda a referir a importância, da criação de um Centro de Pós-graduações associado com Universidades e Institutos Politécnicos nacionais e estrangeiros, de um Centro de Investigação e de Formação das Actividades Económicas Sustentáveis e de um Centro Nacional de Investigação “Paisagens Culturais

I+D+I”, associado à Fundação da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

6. Um **Plano de Marketing:**

De inquestionável necessidade é também a elaboração dum plano de marketing turístico, com o objectivo de dar a conhecer, o património cultural e natural, mediante a obtenção de benefícios económicos, bem como a criação de “merchandising” dirigido ao público infantil e por outro lado, a sua integração, na rede europeia dos primeiros povoadores e arte rupestre pré-histórica, através do “Programa Reptará - Interreg III B Sudoeste” que pretende a consolidação de um modelo de conservação e divulgação do património arqueológico, das áreas geográficas integradas e a promoção de âmbito rural, como destino cultural de qualidade.

Esta iniciativa trabalha em torno do conceito de “Itinerário Cultural Europeu”, tendo como filosofia a interacção entre os associados, assente na base de uma nova oferta de excelência, sendo seus sócios fundadores, a rede da comunidade da Cantábria de desenvolvimento rural, como chefe de fila, Ariège (França), Aragão, Astúrias, Ciudad Rodrigo, Castilla La Mancha, Valência e Andaluzia.

7. Um **Plano de Comunicação do PAVC:**

Partindo da análise da situação actual, estabelecer uma estratégia, que passará pela promoção conjunta com a Junta de Castilla y León, visando o reforço da cooperação, entre os sítios arqueológicos de Siega Verde (Ciudad Rodrigo) e do Vale do Côa, bem como pela colaboração com a Fundação do Museu do Douro, nas áreas de investigação e acção cultural, para além da criação de uma “newsletter” do parque arqueológico do Vale do Côa que terá como objectivo, divulgar as actividades do parque e envolver os cidadãos, na planificação e na produção dos serviços culturais.

Outras medidas a implementar neste âmbito, serão nomeadamente a criação das “Jornadas anuais de portas abertas”, a organização da Feira Internacional das Empresas e Instituições do Património Cultural Europeu e ainda, o apoio

à constituição da Associação para a Promoção do Turismo Cultural do Douro-Superior e Baixo Côa (abrangendo os concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Meda, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada à Cinta).

8. Um **Plano de Desenvolvimento Turístico**, tendo em conta que é urgente que seja implementada e aplicada a *Carta Europeia Para o Turismo Sustentável em Áreas Protegidas*, assim como o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Vale do Côa, com a colaboração com a Associação de Municípios e a implementação e desenvolvimento do Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) e da *Carta de Turismo de Natureza*.

Neste Plano de Desenvolvimento Turístico, devem estar previstas, nomeadamente a recuperação das antigas vias pecuárias, o ecoturismo, caminhadas e circuitos de BTT pela área do parque, passeios com burros, e a observação de sítios arqueológicos e geológicos, e da avifauna.

Necessária é também a criação de novas infraestruturas, como sejam o arranjo paisagístico e acondicionamento do núcleo de arte rupestre da Penascosa, de modo a possibilitar uma visita em condições de excelência, ao público em geral e em particular aos visitantes em contexto escolar e cidadãos com incapacidades, a criação de alojamentos para investigadores visitantes, a criação de uma escola profissional em colaboração com a autarquia local, dedicada à formação na área da arqueologia, património e ambiente onde os jovens locais, em conjunto com alunos de vários pontos do país, possam realizar a sua formação técnico-profissional, perspectivando a sua fixação na região, a criação de uma rede de Centros de interpretação temáticos, a construção de casas da natureza e parques de merendas.

Neste sentido, assume extrema importância, a integração do circuito arqueológico de Freixo de Numão no sistema de visitas do PAVC, em colaboração com a ACDR de Freixo de Numão, a elaboração de visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Castelo Velho.

O estabelecimento de parcerias com empresas da região nesta área de actividade económica, a elaboração do código deontológico do operador turístico na área do parque arqueológico do vale do Côa, a certificação de qualidade dos serviços, das instalações turísticas e actividades económicas do sector na área do PAVC.

As metas deste Plano de Desenvolvimento Turístico, deverão ser fixadas com precisão:

- Duplicar o número de visitantes, no 2º ano de implementação deste modelo;
- Atingir um valor mínimo de 100 000 visitantes com a abertura do Museu do Côa;
- Constituição de uma rede de casas do parque, como unidades de alojamento rural, através da recuperação de elementos da arquitectura vernácula, já atrás referidos.

7. Turismo e desenvolvimento: o turismo na área do PAVC.

Ainda que não seja a panaceia do desenvolvimento da região do Vale do Côa, o turismo cultural de carácter rural deve ser encarado, como uma forma possível de desenvolvimento, inserido na ideia da “multifuncionalidade” do espaço rural, evitando a dependência exclusiva do mesmo, enraizando a conservação do património a nível local, junto dos habitantes de cada localidade que terão de ser, os primeiros interessados na sua conservação, o que só será possível se a comunidade local, se sentir integrada e consciencializada para a dimensão nacional e supranacional, dos seus valores culturais e para a aceitação de um novo destinatário dos bens culturais, o turista.

O turismo cultural, transformou-se numa corrente em moda do século XXI e deve assentar em três pilares: entretenimento, excitação e educação.

Tradicionalmente para as populações locais, o património cultural por fazer parte da vida quotidiana, não tem sido entendido como recurso turístico, mas por outro lado, o facto de estarmos inseridos numa sociedade, sensibilizada com a protecção do meio ambiente, faz com que um produto turístico ideal, associe a cultura e natureza.

Este deve ser assente no conceito de turismo interpretativo, processo activo e participativo de análise e compreensão do território e da paisagem nas suas múltiplas dimensões. A definição de percursos de observação é nesta modalidade turística, tal como referimos anteriormente, fundamental para promover a aproximação, à dimensão patrimonial das paisagens e de novos olhares sobre as paisagens evolutivas e vivas.

A característica que em nossa opinião, concede maior poder de atracção em relação ao turismo arqueológico, nomeadamente em áreas protegidas, é a simbiose entre natureza e cultura, pelo que a conservação e valorização do património arqueológico, pode ser desta forma um importante factor de desenvolvimento cultural, turístico e económico, fomentando o desenvolvimento local e regional através da capacidade e valores próprios da região, na qual a gestão integrada do património natural e cultural deverá ser implementada, de forma articulada com as actividades económicas da região, contribuindo para o incremento da qualidade de vida e do bem-estar social e para o uso sustentável dos recursos naturais e culturais, através do aproveitamento das capacidades e valores próprios do local e da região.

Desta forma, em nosso entender, deve ser desenvolvida uma política de divulgação patrimonial, vinculada a três aspectos:

- Integração no modelo de gestão territorial;
- Criação de uma rede composta por museus e conjuntos históricos e arqueológicos, a partir dos quais é possível criar centros de interpretação, espaços expositivos, postos de turismo e pontos de informação cultural, numa perspectiva de gestão cultural mediadora entre o património e a sociedade;
- A introdução do conceito de “Território Cultural”, em que o PAVC se assume como estrutura organizativa, capaz de liderar um processo de desenvolvimento sustentável, órgão de gestão e uso do património em rede, com o objectivo de aplicação de uma estratégia interpretativa do seu território, cuja elaboração deve ser o aspecto metodológico central deste, assim como de qualquer projecto de valorização do património.

O conceito de “Território Cultural” deve ser associado à ideia de “Marca-Território”, integrando diversos mercados (cultura, lazer, turismo, gastronomia), permitindo otimizar o conjunto de serviços e pro-

duto oferecidos pelo território e possibilitando uma maior competitividade dos agentes económicos.

Para que isto seja possível, deve construir-se um modelo de apresentação do território, relacionado com uma ideia integral de paisagem.

Bibliografia

- ALCOLEA GONZÁLEZ, J. J.; BALBÍN BEHRMANN, R. (2006) – *Arte paleolítico al aire libre: el yacimiento rupestre de Siega Verde, Salamanca*. Valladolid: Consejería de Cultura y Turismo de la Junta de Castilla y León.
- AUBRY, T. (2002) – Le contexte archéologique de l'art paléolithique à l'air libre de la Vallée du Côa. In SACCHI, D. Ed. – *L'art paléolithique à l'air libre le paysage modifié par l'image (Tautavel, Campôme, 7-9 Octobre 1999)*. Saint-Estève: GEAP/GÉOPRE, p. 25-38.
- AUBRY, T.; GARCÍA DIEZ, M. (2000) – Actualité sur la chronologie et l'interprétation de l'art de la Vallée du Côa (Portugal). *Les Nouvelles de l'Archéologie*. Paris. 82:4, p. 52-56.
- AUBRY, T.; LUÍS, L.; SAMPAIO, J. D. (2006) – Primeira datação absoluta para arte paleolítica de ar livre: os dados do Fariseu (Vila Nova de Foz Côa). *Al-Madan*. Almada. 2ª Série, 14, p. 48-52.
- BAPTISTA, A. M. (1999) – *No tempo sem tempo: a arte dos caçadores paleolíticos do vale do Côa: com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- BAPTISTA, A. M.; SANTOS, A. T.; CORREIA, D. (2006) – Da ambiguidade na grande arte de ar livre no vale do Côa: reflexão em torno da organização espacial do santuário Gravetto-Solutrense na estação da Penascosa-Quinta da Barca. *Coavisão*. Vila Nova de Foz Côa, 8, p. 156-184.
- BEDNARIK, R. (1995) – The Côa petroglyphs: an obituary to the stylistic dating of Palaeolithic rock art. *Antiquity*. York. 69, p. 877-882.
- CLOTTE, J. (1993) – Contexte archéologique externe. In *L'Art Pariétal Paléolithique: techniques et méthodes d'étude*. Paris: Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, p. 27-48.
- CLOTTE, J. (1998) – Rapport sur la découverte de Foz Coa (destiné à l'UNESCO et à l'IPPAR). In *Voyage en Préhistoire: l'art des cavernes et des abris, de la découverte à l'interprétation*. Paris: La Maison des Roches, p. 143-147.
- CRIADO BOADO, F. (1993a) – Limites y posibilidades de la Arqueología del Paisaje. *SPAL: Revista de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla*. Sevilla. 2, p. 9-55.
- CRIADO BOADO, F. (1993b) – Visibilidad e interpretación del registro arqueológico. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 50, p. 39-56.
- CRIADO BOADO, F. (1999) – *Del Terreno al Espacio: planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela [CAPA: Cadernos de Arqueoloxía e Patrimonio], 6].
- CRIADO BOADO, F.; GONZÁLEZ MÉNDEZ, M. (1995) – La socialización del patrimonio arqueológico desde la perspectiva de la arqueología del paisaje. In *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología (Vigo, 1993)*. Vigo: Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo da Xunta de Galicia, Vol. 1, p. 261-266.
- CRIADO BOADO, F.; PARCERO OUBIÑA, C. (1997) – Landscape, archaeology, heritage. *TAPA: Traballos de Arqueoloxía e Patrimonio*. Santiago de Compostela. 2, p. 1-56.
- CRIADO BOADO, F.; SANTOS ESTÉVEZ, M., (1998) – Espacios rupestres: del panel al paisaje. *Arqueología Espacial*. Teruel. 19-20, p. 579-596.
- CRUZ BERROCAL, M. (2004) – *Paisaje y arte rupestre: ensayo de contextualización arqueológica y geográfica de la pintura levantina*. Madrid: Universidade Complutense de Madrid.
- DORN, R. I. (1996) – A Change of Perception. *La Pintura*. Tucson. 23, p. 10-11.
- DORN, R. I. (1997) – Contrasting the age of the Côa Valley (Portugal): Engravings with Radiocarbon Dating. *Antiquity*. York. 71, p. 105-115.

- FERNANDES, A. P. B. (2004) – O programa de conservação do Parque Arqueológico do Vale do Côa: filosofia, objectivos a acções concretas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 5-37.
- GARCÍA DÍEZ, M.; AUBRY, T. (2002) – Grafismo mueble en el valle del Côa (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): la estación arqueológica de Fariseu. *Zephyrus*. Salamanca. 55:1, p. 157-182.
- GONÇALVES, M. E. (2001) – *O caso de Foz Côa: Um laboratório de análise sociopolítica*. Lisboa: Edições 70.
- LUÍS, L. (2005) – Arte rupestre e ocupação humana vale do Côa: balanço da investigação do Parque Arqueológico do Vale do Côa. *Coavisão*. Vila Nova de Foz Côa. 7, p. 31-60.
- MOURE ROMANILLO, A. (1999) – *Arqueología del Arte Prehistórico de la Península Ibérica*. Madrid: Editorial Síntesis.
- PAU-PRETO, F. (2008) – *O património cultural no planeamento e desenvolvimento do território*. Aveiro: Ed. Lugar do Plano.
- PEDERSON, A. (2002) – *Managing Tourism at World Heritage Sites: a Practical Manual for World Heritage Site Managers*. Paris: UNESCO World Heritage Centre.
- REBANDA, N. (1995) – *Trabalhos arqueológicos e o complexo de arte rupestre do Côa*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- RIBEIRO, M. L. (2001) – *Carta geológica simplificada do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Escala 1.80.000. Notícia explicativa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- SANTOS ESTÉVEZ, M.; PARCERO OUBIÑA, C.; CRIADO BOADO, F.(1997) – De la arqueología simbólica del paisaje a la arqueología de los paisajes sagrados. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 54:2, p. 61-80.
- PRICE, N. S. (2000) – Conservation and management of prehistoric sites rock art sites on the World Heritage List: a Report on the Côa Valley Symposium. 1999. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. London. 4:1. p. 7-58.
- VALLADAS, H.; MERCIER, N.; FROGET, L.; JORONS, J. L.; REYS, J. L.; AUBRY, T. (2001) – TL Dating of Upper Palaeolithic Sites in the Côa Valley (Portugal). *Quaternary Science Reviews*. Oxford. 20:5-9, p. 939-943.
- WATCHMAN, A. (1995) – Recent petroglyphs, Foz Côa, Portugal. *Rock Art Research*. Melbourne. 12:2, p. 104-108.
- WATCHMAN, A. (1996) – A review of the theory and assumptions in the AMS dating of the Foz Côa petroglyphs, Portugal. *Rock Art Research*. Melbourne. 13:1, p. 21-30.
- ZILHÃO, J. (1995a) – The Age of the Côa Valley (Portugal) Rock-Art: Validation of Archaeological Dating to the Paleolithic and Refutation of 'Scientific' Dating to Historic or Proto-Historic Times. *Antiquity*. York. 69, p. 883-901.
- ZILHÃO, J. (1995b) – The Stylistically Paleolithic Petroglyphs of the Côa Valley (Portugal) are of Paleolithic Age: a Refutation of their 'Direct Dating' to Recent Times. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:4, p. 423-469.
- ZILHÃO, J. (1997) – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa. Trabalhos de 1995/1996: Relatório Científico ao Governo da República Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Cultura.
- ZILHÃO, J. (1998) – The Rock Art of the Côa Valley, Portugal: Significance, Conservation and Management. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. London. 2:4, p.193-206.
- ZILHÃO, J. (2000) – La puesta en valor del arte rupestre del valle del Côa. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 57:2, p. 57-64.

Resumen: Asumimos el riesgo de proponer, desde una línea de investigación innovadora, englobada en la ya designada arqueología pública, una gestión turística del patrimonio arqueológico, aplicada al territorio del parque arqueológico du Vale do Côa, patrimonio mundial clasificado por la UNESCO, como posibilidad de crear futuro en un territorio rural, de excelência paisajística. Esta línea de investigación, iniciada en la década de los noventa del s. XX, insiste en el concepto de “socialización del patrimonio arqueológico”, para el cual, los parques arqueológicos, son importantes espacios sociales, en los que los elementos de la cultura material arqueológica, formam parte de ese paisaje. Construída a través de la intersección entre el discurso del patrimonio cultural y la práctica arqueológica, en la formación o desarrollo del concepto de patrimonio arqueológico.

Palavras clave: Arte Rupestre Paleolítico; Parque Arqueológico del Valle del Coa; Arqueología del Paisaje; Gestión del Patrimonio Arqueológico; Arqueología Pública.

Abstract: We have taken the risk of proposing and innovative line of research, included in what is designated as public archaeology, tourism management of archaeological heritage, specifically in the territory of the archaeological park of vale do Côa, world heritage as classified by UNESCO, with the possibility of the future creation of rural territory which excellent views. The line of research was begun at the beginning of the 1990s and is based in the concept of “sociability of archaeological heritage” in wich the archaeological parks are important social spaces where the elements of archaeological material culture form just a part of this countryside. We propose an archaeological heritage wich intends to convert archaeology into an emancipated science at the service of global humanity, in which the past and its material culture represent a line of communication between the areas of research and management of archaeological register. It is constructed though the intersection between the discourse of cultural heritage and archaeological practice, in the formation of a concept of archaeological heritage.

Keywords: Palaeolithic Rock Art; Archaeological Park of Coa Valley; Landscape Archaeology; Management of Archaeological Heritage; Public Archaeology.

